

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
**BALANÇO PATRIMONIAL**

	31.12.2017	31.12.2018
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>	<b>890.757,56</b>	<b>9.587.616,34</b>
Disponibilidades	30.128,14	21.975,68
Caixa	2.316,28	21.952,18
Bancos Conta Movimento	-	1,76
Bancos Conta Aplicações Financeiras	27.811,86	21,74
<b>Créditos</b>	<b>860.629,42</b>	<b>9.565.640,66</b>
Projetos	834.137,42	6.930.677,21
Créditos a Receber	-	1.850.425,50
Adiantamentos a fornecedores	26.492,00	784.537,95
<b>Não Circulante</b>	<b>12.409.205,25</b>	<b>12.538.773,11</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>11.806.730,62</b>	<b>11.817.098,63</b>
Títulos a Receber	11.806.730,62	11.806.730,62
Consórcios	-	10.368,01
<b>Imobilizado</b>	<b>252.770,50</b>	<b>299.337,85</b>
Equipamentos Processamento Dados	25.474,40	35.350,41
Móveis e Utensílios	173.296,10	188.114,46
Instalações	54.000,00	-
Benfeitorias em Prédios de Terceiros	-	108.824,75
(-) Depreciações/Amortizações Acumuladas	-	(32.951,77)
<b>Intangível</b>	<b>349.704,13</b>	<b>422.336,63</b>
Gastos com Implant.e Tecn.Informação	349.704,13	422.336,63
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>13.299.962,81</b>	<b>22.126.389,45</b>

	31.12.2017	31.12.2018
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>	<b>891.794,42</b>	<b>9.695.230,44</b>
Fornecedores	-	395.250,83
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.751,50	1.455.595,28
Obrigações Tributárias	25.671,29	174.916,98
Recursos de Convênios em Execução	852.439,54	7.551.291,84
Outras Contas a Pagar	11.932,09	118.175,51
<b>Patrimônio Social</b>	<b>12.408.168,39</b>	<b>12.431.159,01</b>
<b>Superavit-deficit acumulado</b>	<b>12.408.168,39</b>	<b>12.431.159,01</b>
Superavit Acumulado	8.467.758,43	12.408.168,39
Superavit-deficit do exercício	3.920.409,96	22.990,62
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>13.299.962,81</b>	<b>22.126.389,45</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO**

	31.12.2017	31.12.2018
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>4.517.828,99</b>	<b>17.142.839,61</b>
Doações	3.926.644,99	148.346,60
Serviços Voluntários Concedidos	591.184,00	112.944,00
Receitas de Convênios	-	16.869.688,15
Rendimentos de Aplicação Financeira	-	11.860,86
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>4.517.828,99</b>	<b>17.142.839,61</b>
<b>CUSTOS COM CONVÊNIOS</b>		<b>(16.881.549,01)</b>
Custos com Pessoal	-	(13.336.659,92)
Custos Setores de Apoio	-	(631.697,55)
Custos Administrativos Diversos	-	(2.913.191,54)
<b>CUSTOS ADMINISTRATIVOS PRÓPRIOS</b>	<b>(6.235,03)</b>	<b>(125.355,98)</b>
Despesas Administrativas	(6.172,11)	(64.379,54)
Despesas com Pessoal	-	(9.203,44)
Despesas Financeiras	(62,92)	(18.821,23)
Depreciações/Amortizações	-	(32.951,77)
<b>(-) Assistência Social - Custos Gratuidade</b>	<b>(591.184,00)</b>	<b>(112.944,00)</b>
Custos dos Serviços Voluntários Concedidos	(591.184,00)	(112.944,00)
<b>= SUPERAVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.920.409,96</b>	<b>22.990,62</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

ANO	superavit-deficit do Exercício	superavit-deficit Acumulado
Superavit Acumulado até 31/12/2012	-	8.487.789,39
Superavit notano de 2013	-	8.487.789,39
superavit no ano de 2014	-	8.487.789,39
superavit no ano de 2015	(362,25)	8.487.427,14
superavit no ano de 2016	331,29	8.487.758,43
superavit no ano de 2017	3.920.409,96	12.408.168,39
superavit no ano de 2018	22.990,62	12.431.159,01

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração do Instituto Núcleo de Apoio as Políticas Públicas - INAPP, no cumprimento de suas atribuições estatutárias e legais em reunião realizada em 18/02/2019, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Patrimônio e Demonstração do Fluxo de Caixa, juntamente com as notas explicativas relacionadas aos exercícios de 2017 e 2018. Com base na análise realizada, sugere a aprovação das citadas demonstrações pela Assembleia Geral.

**Alusca Nidiane Pereira Guedes**  
 Membro do Conselho de Administração  
 CPF 076.725.064-80

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do Instituto Núcleo de Apoio as Políticas Públicas - INAPP, no cumprimento de suas atribuições estatutárias e legais em reunião realizada em 18/02/2019, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Patrimônio e Demonstração do Fluxo de Caixa, juntamente com as notas explicativas relacionadas aos exercícios de 2017 e 2018. Com base na análise realizada, sugere a aprovação das citadas demonstrações pela Assembleia Geral.

**Renato Marques de Fraga**  
 Membro do Conselho Fiscal  
 CPF 352.529.520-00

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Núcleo de Apoio as Políticas Públicas - INAPP, inscrito no CNPJ sob o nº 08.041.997/0001-30 que compreendem o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, relativas ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis adotadas no Brasil e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A administração do Instituto Núcleo de Apoio as Políticas Públicas - INAPP, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na auditoria, conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes. A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Na avaliação de riscos, se considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto Núcleo de Apoio as Políticas Públicas - INAPP, contemplando as unidades mantidas, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. As evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

**Opinião sem Ressalva**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, refletem e apresentam adequadamente em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Núcleo de Apoio as Políticas Públicas - INAPP, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2019.

**L & Medeiros Auditores Eireli**  
 CRC/RS 007704/O

**Luiz Edgar Medeiros**  
 Contador CRC /RS 32.851

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

	31.12.2017	31.12.2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Resultado do período	3.920.409,96	22.990,62
<b>AJUSTES P/ CONCILIAÇÃO RESULT. ÀS DISP. GER. P/ ATIV. OPER.</b>		
Depreciação e amortização	-	32.951,77
Renda de investimentos	-	-
Despesas de Juros	-	-
<b>SUPERAVIT BRUTO ANTES DAS MUD. NO CAP. DE GIRO</b>	<b>3.920.409,96</b>	<b>58.942,39</b>
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>		
Aumento /redução de contas a receber e outros(4.555.836,36)(8.715.379,25)		
Aumento Realizável a Longo Prazo	-	-
Aumento/redução em Fornecedores	(1.236,51)	395.250,83
Aumento/Redução em contas a pagar e provisões	891.794,42	8.408.185,19
<b>CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES</b>	<b>255.131,51</b>	<b>143.999,16</b>
Juros Pagos	-	-
Impostos de renda e Contribuição Social pagos	-	-
<b>FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>255.131,51</b>	<b>143.999,16</b>
Recebimento de indenização de seguros	-	-
<b>CAIXA LIQ. PROVENIENTE DAS ATIV. OPERACIONAIS</b>	<b>255.131,51</b>	<b>143.999,16</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIV. DE INVESTIMENTOS</b>		
Compras do Imobilizado	(227.802,00)	(152.151,62)
Juros recebidos	-	-
Dividendos recebidos	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIV. DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(227.802,00)</b>	<b>(152.151,62)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
<b>CAIXA LIQ. GERADO PELAS ATIV. DE FINANCIAMENTOS</b>		
<b>AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>27.329,51</b>	<b>(8.152,46)</b>
<b>DISPONIBILIDADE - NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>2.798,63</b>	<b>30.128,14</b>
<b>DISPONIBILIDADE - NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>30.128,14</b>	<b>21.975,68</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS EM 31/12/2018**

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O Instituto Núcleo de Apoio as Políticas Públicas - INAPP, com foro e sede na cidade de Porto Alegre, RS, é pessoa jurídica de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter cultural, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo, educacional e esportivo, sem cunho político ou partidário, com objetivo de ações voltadas a defesa de bens, direitos sociais e culturais, coletivos e difusos relativos ao patrimônio Cultural, promovendo os direitos humanos e dos povos, em todos os seus aspectos. **NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** Na elaboração das Demonstrações Contábeis de 2018 a entidade adotou a Lei nº 11.638/07 que alterou a Lei nº 6.404/76 e legislação específica aplicada a entidades sem fins lucrativos, Lei 12101/09 e regulamentação em relação aos aspectos relativos a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil Resolução CFC 1.374/11, que trata da Estrutura Conceitual Para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis e Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 que revogou a Resolução CFC 877/2000 - NBCT -10-19, para as entidades sem finalidade lucrativa, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade lucrativa. **NOTA 3 : PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** a) Caixa e Equivalência de Caixa: Compostos de valores existentes em contas correntes e aplicações financeiras acrescidos dos rendimentos apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência; b) Imobilizações: Estão demonstrados ao custo de aquisição; c) Receita com Voluntariados: Calculada conforme o salário no mercado, de acordo com a atividade desenvolvida; d) Despesas com Voluntariados: Contempla os valores de salários conforme o mercado, acrescidos dos valores gastos com transporte, alimentação e outros gastos necessários para a atividade desenvolvida. **NOTA 4: CONCESSÃO DE GRATUIDADES:** Em cumprimento a Resolução CFC nº 1409/12 a Entidade possui segregado (por área de atuação) as gratuidades concedidas, conforme apresentado nas Demonstrações do Resultado do Período, e todos estes gastos são custeados com recursos próprios. **NOTA 5: ISENÇÕES USUFRUIDAS/GRATUIDADES CONCEDIDAS:** A entidade não usufruiu de isenções previdenciárias no exercício e aplicou em gratuidade com a assistência social no exercício o valor de R\$ 112.944,00, conforme consta na Demonstração de Resultado do Exercício. **NOTA 6: DO CUMPRIMENTO DO ART.14 DO CTN:** a) A Entidade aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto Social. b) Os dirigentes, Conselheiros, Associados, Instituidores, Benfeitores ou equivalentes, não recebem remuneração, vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe são atribuídas e a Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto em seu Estatuto Social. c) A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades legais que asseguram a sua exatidão.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.

**Rita de Cássia Sostizzo Santos**  
 Contadora  
 CPF 906.559.820-00  
 CRC/RS - 057253/0-2

**Pedro Dinarte Faleiro**  
 PRESIDENTE  
 CPF 185.802.540-00